



PREFEITURA DE JOINVILLE

**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



GT1 – Câmara Comunitária de Promoção Econômica do Conselho da Cidade

**ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA
DO CONSELHO DA CIDADE
10 de novembro de 2009**

1 No décimo dia do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às dezoito horas, na sala
2 Edgar Meister da ACIJ, realizou-se a terceira reunião da Câmara Comunitária de
3 Desenvolvimento Econômico do Conselho da Cidade. Devido à ausência da coordenadora
4 Maria Ivonete Peixer da Silva, o conselheiro Celso Pomin Liberado coordenou a reunião,
5 iniciando pela leitura do edital de convocação e a seguir da ata da reunião anterior que, ao
6 ser aprovada, foi assinada pelos presentes. Em seguida o conselheiro Celso apresentou à
7 câmara o arquiteto e conselheiro da Câmara Comunitária de Estruturação e Ordenamento
8 Territorial Gilberto Lessa dos Santos, convidado para fazer uma apresentação sobre a Lei de
9 Uso e Ocupação do Solo em Joinville. Fazendo uso da palavra, Gilberto teceu comentários
10 sobre a consolidação da lei 27/96, em trâmite na Câmara de Vereadores de Joinville. Falou
11 também sobre a nova lei de ordenamento territorial, que está em fase de estudos na
12 Fundação IPPUJ, e que tem um prazo legal de um ano para ser elaborada, prazo este que
13 começará a contar a partir da data de aprovação da lei complementar de estruturação
14 territorial, que já se encontra em análise na Câmara de Vereadores. Em resposta ao
15 questionamento do conselheiro Mário Cezar Aguiar, falou sobre o status da lei de
16 gerenciamento costeiro, que necessita de uma compatibilização com o macrozoneamento
17 do Plano Diretor. Gilberto comentou que a proposta do Plano Diretor é de adensar mais
18 dentro do perímetro urbano atual. Informou que há intenções, até por iniciativas externas à
19 Prefeitura de Joinville, em “criar cidades novas”, que seriam grandes núcleos urbanos fora
20 do perímetro urbano atual, mas reforçou que a proposta do Plano Diretor é a contenção do
21 perímetro urbano. O conselheiro Mário destacou que o sistema viário no centro não
22 comporta um maior adensamento, e sugeriu um novo centro no bairro Bucarein. Os
23 conselheiros comentaram sobre o gabarito dos prédios em Joinville e o uso dos recuos
24 progressivos. Ao se perguntarem sobre qual seria a competência da câmara de Promoção
25 Econômica, Gilberto disse que a nova lei do uso do solo passará por todas as câmaras.
26 Disse também que antes do encaminhamento da lei à Câmara de Vereadores, o IPPUJ
27 promoverá debates com o Conselho da Cidade. O conselheiro Mário perguntou sobre o
28 conceito de “usos condicionados”, ao que Gilberto disse já estar inserido no EIV – Estudo de
29 Impacto de Vizinhança, já previsto no Plano Diretor e que necessita de regulamentação, que
30 por sua vez em breve deverá ser encaminhada para análise no Conselho da Cidade. Sobre
31 o estudo do arquiteto Jaime Lerner, referente à região do Paranaguamirim, Gilberto falou
32 que já foi incluído no zoneamento atual uma área de empreendedorismo nesta região,
33 conforme proposto no estudo desenvolvido por Lerner. Com relação ao questionamento
34 sobre a Área Rural de Transição, Gilberto explicou que as ARTs são áreas para disciplinar a
35 pressão imobiliária que já existe, bem como atender às reivindicações dos próprios
36 agricultores em fazer parcelamentos familiares. A proposta deverá ser de se permitirem
37 condomínios, mas com áreas maiores e com baixa densidade, que deverão funcionar como
38 uma área de amortecimento de ocupação urbana. Sobre a questão das áreas rurais, o



39 conselheiro Mário Cezar Aguiar comentou que as linhas de financiamento não custeiam
40 neste caso, e pergunta quem define o que é rural ou não. Gilberto explicou que o
41 macrozoneamento é que decide o que é ou não área rural, e já está definido pelo Plano
42 Diretor, mas que o Conselho da Cidade pode discutir novamente o tema. Falou também que
43 o plano Local de Habitação de Interesse Social tem se preocupado muito com a ocupação
44 em área rural, e que a Fundação IPPUJ não fará alterações estruturais sem um grande
45 processo de discussão, comentando ainda que o Conselho da Cidade deverá mostrar
46 credibilidade para que suas decisões sejam atendidas pela Câmara de Vereadores. Quando
47 perguntado sobre a aplicação do código florestal, Gilberto respondeu entender que precisa
48 haver consenso entre a lei federal, lei municipal e os pareceres jurídicos. Deveria haver uma
49 mudança no Código Florestal, reconhecendo a realidade de cada município. O conselheiro e
50 Secretário de Habitação Alsione Gomes de Oliveira Filho propôs trazer o projeto do Grupo
51 Balboa para apresentação aos membros desta Câmara. Os conselheiros solicitaram que a
52 Fundação IPPUJ forneça o material da nova lei de uso do solo para ser discutido nesta
53 Câmara Comunitária. Gilberto explicou que antes o IPPUJ deverá fechar sua proposição, e
54 só depois disponibilizá-la para o Conselho da Cidade. Disse ainda que a previsão de
55 fechamento desta nova lei é para o início de dois mil e dez. Os conselheiros solicitaram
56 também que fosse disponibilizado a esta câmara o que está sendo discutido na Câmara de
57 Vereadores sobre a consolidação e alterações da lei 27/96, e concordaram em que é
58 necessário acompanhar os trabalhos da comissão de urbanismo. Eu, Patrícia Rathunde
59 Santos, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, redigi a presente ata com base no
60 texto encaminhado pelo conselheiro Celso Pomin Liberado, coordenador substituto da
61 Câmara de Promoção Econômica do Conselho da Cidade e relator da reunião, e com o
62 auxílio do arquiteto e conselheiro Gilberto Lessa dos Santos, palestrante da reunião, e vai
63 assinada por Celso Pomin Liberado, por mim e pelos conselheiros presentes. Joinville, dez
64 de novembro de dois mil e nove.

Celso Pomin Liberado
Coordenador substituto da Câmara Comunitária
de Promoção Econômica do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva



Assinatura dos conselheiros presentes

PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- <u>ausente</u> - Maria Ivonete Peixer da Silva	<u>Celso Pomin Liberado</u>	<u>Mário Cezar Aguiar</u>	<u>José Roberto Pereira</u>
		I - Entidades Empresariais	
- <u>ausente</u> - Charles Narloch	<u>Fábio Vieira de Oliveira</u>	<u>Marcos Boettcher</u>	VAGO
		II - Entidades de trabalhadores	
<u>Raulino João Schmitz</u>	- <u>ausente</u> - Juliana Filippe	<u>Wesley Masterson Belo de Abreu</u>	- <u>ausente</u> - Raul Landmann
		III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	
<u>Alsione Gomes de Oliveira Filho</u>	- <u>ausente</u> - Alberto Jorge Francisco	<u>Gean Marcos Dombroski Corrêa</u>	- <u>ausente</u> - Juliana Corrêa Godoy
		IV - Organizações não Governamentais (ONG's)	
- <u>ausente</u> - Rocheli Grendene	- <u>ausente</u> - Viviane Schumacher Bail	<u>José Laércio Escodel</u>	VAGO
		V - Movimentos Sociais	

Joinville, 10 de novembro de 2009

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.